



Brasília | 20 de agosto de 2016 | número 47



Encontro de Direito Sindical debate direitos sociais e homenageia mulheres

XXXVIII
CONAT
GRAMADO - RS - 2016

Contagem Regressiva

Entrevistas com os patronos do maior evento da Advocacia Trabalhista

Novo Código de Processo Civil aplicado ao Direito do Trabalho em debate no Congresso em Mato Grosso

Advogados mineiros terão recesso no fim do ano

Contagem regressiva



De 07 a 10 de setembro, a cidade de Gramado (RS) irá “respirar” o Direito e Processo do Trabalho. Mais de 1000 advogados de todas as regiões do país irão participar do XXXVIII Congresso Nacional de Advoga-

dos Trabalhistas (CONAT).

Nesta edição, a última antes do CONAT, o Boletim da ABRAT apresenta os patronos do evento, Luís Carlos Moro, nacional; e Carlos Araújo, estadual.

ESPECIAL CONAT

PATRONO NACIONAL

Mais de duas décadas dedicadas ao Direito do Trabalho



Luís Carlos Moro, paulista, não gosta de qualificadoras, adjetivos ou títulos. Para ele, ser Advogado já o define, pois se orgulha da profissão que exerce há 27 anos.

Ao receber a notícia da homenagem, Moro, como é carinhosamente chamado, afirma que espera manter a calma que lhe é peculiar, o que admite ser difícil, pois se orgulha de ser homenageado pela Entidade que um dia foi presidente (2000-2002)

Boletim: Como podemos definir o Luís Carlos Moro?

Luís Carlos Moro: Um homem que se orgulha da profissão que exerce, e que teve, ao longo do tempo, a alma depurada pelo exercício constante do contraditório, da

alteridade que caracteriza o dizer por outrem, o falar em nome de alguém, sem perder de vista que no outro polo da controvérsia também há pessoas a quem se deve respeito. A advocacia ensinou-me a considerar todos, indistintamente. E esse é um exercício que procuro realizar e um objetivo que ainda aspiro.

Boletim: Como o Senhor recebe a homenagem da ABRAT ao ser escolhido Patrono do CONAT?

Luís Carlos Moro: Recebi a notícia sentado e receberei a homenagem em pé. Espero que os pés permaneçam secos e que as lágrimas vertidas não lhes alcancem. Brincadeira à parte, eu recebi o galardão como quem não se reconhece merecedor de tamanha homenagem. Sem nenhuma falsa modéstia (porque modéstia é vício do qual não padeço), vejo em inúmeros colegas méritos superiores aos meus. Ninguém é produto de si mesmo e sou, como advogado, cria de vários deles. Por isso, coube-me apenas fazer o que faria um advogado trabalhista em audiência: consignar meus protestos, mas aceitar, docemente constrangido, a deliberação que me agraciou com o mais afetivo de todos os títulos.

Boletim: O Senhor já foi presidente da ABRAT. As dificuldades enfrentadas naquela época com relação à defesa dos Direitos Sociais são as mesmas?

Luís Carlos Moro: Fui presidente de 2000 a 2002. Tempos difíceis, mas não mais, nem menos, que o atual ou mesmo antes. Há décadas há um embate surdo entre as classes representadas na relação de trabalho. Já que estaremos no Rio Grande do Sul, nada melhor do que a

carta testamento de Getúlio Vargas para aferir a atualidade dessa luta. Eu proponho que a leiamos, nesse trecho, não como se Getúlio fosse o autor, mas os próprios Direitos Sociais nela se expressassem: “Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.” Isso não se alterou na década dos quarentas, dos cinqüentas, agravou-se nos sessentas, distendeu-se um pouco nos setentas, a custa de uma ditadura mais dura do que dita e desde então só evoluiu.

Boletim: Então pode-se afirmar que os problemas de supressão do direitos são semelhantes:

Luís Carlos Moro: A pauta era muito semelhante à atual. Negociado x legislado. Supressão do Judiciário Trabalhista (antes, dele próprio, hoje, dos meios que lhe dão subsistência e viabilidade). Redução dos direitos sociais. Juros e juras para os rentistas e os bancos. Privatizações. Provações da classe trabalhadora. Criminalização das lutas sociais. Redução do substrato de direitos previdenciários. Terceirização. Precarização. O mundo é o mesmo.

“Adoraria que a Constituição não fosse um rosário de promessas descumpridas...”

Mudaram as comunicações e o acesso à informação. E mesmo assim, esse incremento não foi bastante para infundir nas pessoas a voluntariedade para impedir coletivamente esse golpe, que é motivo, causa e propósito de todos os golpes.

Boletim- Na opinião do Senhor o que deve ser implementado para uma maior valorização dos Direitos Sociais?

Luís Carlos Moro: Adoraria que a Constituição não fosse um rosário de promessas descumpridas. Que vivêssemos no Estado de Direito prometido. E que fosse democrático de fato. No campo dos direitos sociais, a cada inciso do artigo 7º, vejo uma conta de um terço mal rezado. Iniciemos pelo inciso I: Bastaria, para mim, que a proteção contra a dispensa arbitrária não fosse uma conta suave para pagar, uma tarifação a cobrar, mas uma exigência efetiva de razões para infligir tamanho mal em quem apenas se coloca diante de outrem, em condição de subsunção, com o propósito de trabalhar e sobreviver.

Diretoria ABRAT - 2014/2016

Diretoria Executiva

- » **Presidente** Sílvia Lopes Burmeister (RS)
- » **Vice Presidente** Roberto Parahyba de Arruda Pinto (SP)
- » **Secretário Geral** Eliomar Pires Martins (GO)
- » **Diretora Financeira** Araçari Baptista (RJ)
- » **Vice Presidente Região Norte** Vítor Martins Noé (RO)
- » **Vice Presidente da Região Nordeste** Luciano Almeida (AL)
- » **Vice Presidente da Região Centro Oeste** Pedro Mauro R.de Arruda (MS)
- » **Vice Presidente da Região Sudeste** Paulo Sérgio Marques dos Reis (RJ)
- » **Vice Presidente da Região Sul** Gustavo Villar Mello Guimarães (SC)
- » **Vice Presidente do Distrito Federal** Alessandra Camarano Martins (DF)

Diretoria Colegiada

- » **Diretor de imprensa, divulgação e revista** Olimpio Paulo Filho (PR)
- » **Diretor de assuntos legislativos** Ronaldo Ferreira Tolentino (DF)
- » **Diretor de assuntos jurídico** José Hildo Sarcinelli Garcia (ES)
- » **Diretor Social** Marcondes Oliveira (PE)
- » **Diretor de informática** Gustavo Juchem (RS)
- » **Diretor de especialização** Antônio Fabricio de Matos Gonçalves (MG)
- » **Diretor de temas estratégicos** Jefferson de Lemos Calçaça (PE)
- » **Diretor de eventos** Ivan Issac Ferreira Filho (BA)
- » **Diretor de relações Institucionais** Nilton da Silva Correia (DF)
- » **Diretor de relações ABRAT /JUTRA** Haley Ximenes (CE)
- » **Diretor de. Relações ABRAT/ALAL** Manoel Frederico Vieira (MG)
- » **Diretor de Convênios** Gil Luciano Domingues (RJ)
- » **Diretor da Revista da ABRAT** Benizete Medeiros (RJ)
- » **Diretor de Relações entre Associações** Luciana Barcelos Slosbergas (SP)
- » **Diretor de jornal virtual** Maria Cristina Carrion de Oliveira (RS)
- » **Diretor de assuntos jurisprudenciais** Jocelino da Silva (SP)
- » **Diretor Direito Coletivo/Sindical** Patricia Carvalho (PE)
- » **Diretor Escola Nacional de Advocacia Trabalhista** Carlos Tourinho (BA)
- » **Diretor da ABRAT Jovem** Moyses Fonseca Monteiro Alves (MG)
- » **Coordenador do Colégio de Presidente** Antônio Vicente Martins (RS)
- » **Comissão especial de Direito Desportivo** Paulo Rubens Máximo (RJ) e Afonso Celso Raso (MG)
- » **Comissão Especial do Processo Judicial eletrônico** Roseline Moraes (SE) e Cláudio Santos (PA)
- » **Comissão de resgate da memória e verdade dos advogados trabalhistas (aprovada em diretoria)** José Armando Guerra
- » **Comissão Especial de Prerrogativa** Marco Antônio Freitas

Conselho Consultivo Técnico

Professor Eugenio Hainzenreder Júnior e Paulo Leal (RS), Professor Jorge Boucinhas, Otavio Pinto e Silva, Luís Carlos Moro e Magnus Farkatt (SP), advogados Ellen Hazan e Antonio Raimundo Queiros de Castro Junior (MG), João Pedro Ferraz dos Passos e Cezar Britto (DF), Professora Benizete Medeiros (RJ)



- » **Assessora de Imprensa** Mellissa Mendes
- » **Projeto Gráfico e Diagramação** Renato Diniz - Cooperi

Este é seu canal de comunicação com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.

Envie sugestões, críticas e o que deseja no ABRAT Eletrônico

Entre em contato pelo email: mellissa.mendes@yahoo.com.br

Site: www.abrat.net

Facebook: www.facebook.com/redeabrat

Twitter: #abratnet

Boletim: É possível termos um Brasil justo no que se refere aos Direitos Sociais?

Luís Carlos Moro: Evidente que é possível. É imprescindível. Só não advirá a justiça se nos mantivermos conformados, deformados e deformadores de opiniões. Esse país é enormemente rico. Mas a justiça social é um processo contínuo. Justiça é como o horizonte. Temos que caminhar na direção dela ainda que nos pareça distante.

Boletim: Como avalia a ABRAT na atualidade?

Luís Carlos Moro: A ABRAT é a mais bela entidade entre as inúmeras belíssimas entidades das quais participo e participei. É plural, nacional, com um corte que faz da advocacia trabalhista a única especialização que se organizou de tal modo. É atomizada. É democrática. É necessária.

É atada por laços não só de interesses comuns, mas por fitas de afeto de fato, por gente que se gosta.

Boletim: Qual a mensagem que o Senhor poderia deixar a todos os abratianos que o escolheram como Patrono?

Luís Carlos Moro: Gostaria que cada um deles pudesse aferir e sentir de mim o amor que nutro pelos meus colegas de profissão, pelos amigos de engajamento e ação. Não há mensagens a deixar. Quero verter gestos e não palavras, infundir ânimos, alimentar esperanças e fazer da esperança a reivindicação. Reivindico a condição de igual, de vivo, de militante, de alguém que não foi assassinado pelo título de patrono.





LANÇAMENTO

PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

SISTEMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA A DISTÂNCIA

PRO DIREITO
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

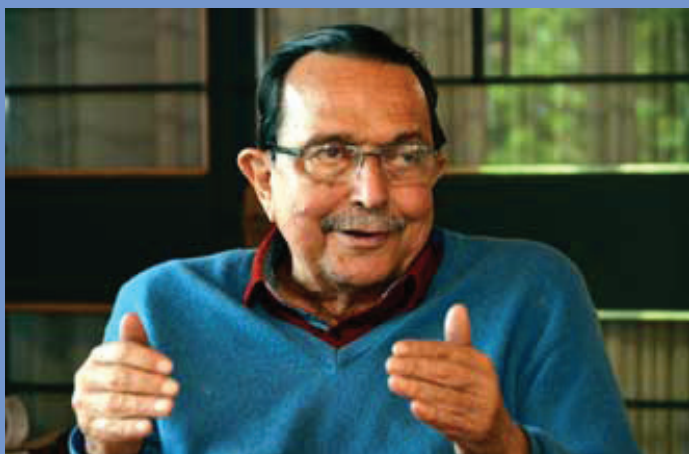
1

Chancelado pela:



PATRONO ESTADUAL

O advogado que aliou a advocacia e a política



Seguindo os passos do pai, o gaúcho Carlos Araújo também se enveredou à esfera do Direito, especificamente ao Direito do Trabalho.

Da advocacia ao universo da política, sempre se pautou em atuar na defesa dos direitos sociais, tanto no escritório, quanto na Assembleia Legislativa. Nem mesmo a prisão, em 1964, calou a voz do advogado na defesa dos trabalhadores.

Boletim: Como teve início a carreira do advogado Car-

“Como advogado e político, busquei organizar os trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho...”

los Araújo?

Carlos Araújo: Fui ser advogado por influência direta de meu pai Afrânio Araújo, o admirava muito e desde jovem, aos 14 anos comecei a frequentar a Justiça do Trabalho e o escritório, esta coisa se conjugou com a visão política da sociedade e aos 15 anos entrei para a política, vim nesta trajetória vinculada com a advocacia trabalhista.

Boletim: Então o Senhor aliou a política em defesa dos Direitos Sociais?

Carlos Araújo: Me formei tarde, porque além de estudar e frequentar o escritório fazia política. Minha vida sempre foi dentro do escritório com a advocacia e fora com a política. O escritório do meu pai foi o primeiro escritório exclusivamente de trabalhadores no Rio Grande do Sul. Nos anos 70 e 80 muitos escritórios surgiram a partir da atuação conjunta no meio sindical com nosso escritório.

Boletim: Podemos afirmar que através da política o Senhor influenciou os trabalhadores em busca de seus direitos?

Carlos Araújo: Como advogado e político, busquei organizar os trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho, fazendo planfletagem em porta de fábrica reunindo em sindicatos e salões paroquiais. Tenho muito orgulho de ser advogado trabalhista, sou filho da Justiça do Trabalho.

A época a Justiça do Trabalho era formada por duas varas, que cabiam no espaço de meu escritório. Duas salas uma sala de audiência e uma sala que funcionava o tribunal. Os juízes eram nomeados por indicação conhecia todos os servidores, Juízes e procuradores virei pessoa de casa. O que sou hoje devo grande parte a Justiça do Trabalho o direito do trabalho e a outra parte a política.

Boletim: Em 1964 o Senhor foi preso devido a sua atuação na defesa dos trabalhadores, o obrigando a se afastar do escritório. Como ficou seu trabalho?

Carlos Araújo: Lembro agora de algo no mínimo inusitado. No fim de abril 1964, uma tarde os policiais chegaram no escritório, era um dia de calor, tiraram seus paletós deixando a vista as armas, revistaram a todos eu, meu pai e meu irmão Luis Heron, também os clientes. Depois mandaram os clientes embora e neste instante meu irmão Paulo chega bate a porta, quando um policial abre ele diz em tom de brincadeira: “o que, já estão fazendo reunião armada?” foi o que bastou para os três irem presos. A partir deste dia até meu pai e meu irmão serem libertados, amigos tomaram conta do escritório. Mas o interessante é que até na prisão a Justiça do Trabalho me acompanhou, pois quando preso entre as pri-

meiras visitas que recebi foi a do juiz Dr. Acauã, um juiz conservador, mas com quem tinha um ótimo relacionamento. Sempre tive com os juízes e servidores uma ótima relação até porque naquela época a vida dos juízes era muito solitárias e, eu sempre incentivei a uma maior convivência entre advogados e juízes, promovendo inclusive jantares para confraternizar.

Boletim: Então podemos até afirmar que o direito está sempre esteve presente na sua vida familiar ?

Carlos Araújo: Sim, meu pai foi o primeiro, depois meu irmão Luiz Heron Araújo, Eu, meus filhos Leandro Araújo e Paula Roussel Araújo que formaram em direito trabalharam comigo e depois ingressaram na carreira de procuradores do trabalho e, hoje meu caçula Rodrigo cursa

“Até na prisão a Justiça do Trabalho me acompanhou...”

direito e, já trabalha comigo além de meus sobrinhos João Vicente Araújo e Luiz Afrânio Araújo que advogam na Justiça do Trabalho.

Boletim: Então a advocacia sempre caminhou ao lado da política?

Carlos Araújo: Minha vida sempre girou em torno da Justiça do Trabalho e da política, fui deputado estadual por 3 mandatos, sem nunca abandonar os trabalhadores. Sempre estive ao lado dos trabalhadores e na organização sindical.

Boletim: O Senhor poderia citar um fato que o marcou enquanto deputado?

Carlos Araújo: Lembro de uma passagem quando da greve dos metalúrgicos da fábrica de fogões Wallig em Porto Alegre, por melhor condições de trabalho, pois os trabalhadores da fornaria trabalhavam nus, por causa do calor e do perigo de incêndio, não recebiam adicional de periculosidade nada, condições sub humanas. Acertamos com as lideranças, paralisamos toda a fábrica sem que os empregados fossem afastados, todos permaneceram em seus postos de trabalho em silêncio e sem trabalhar! Os líderes ficaram negociando por telefone e escondidos, porque o exército(estávamos em plena ditadura) cercou a fábrica e ninguém podia se aproximar, quando chegamos ao acordo(após longa negociação) com vitória aumento de salário, adicional de periculosidade e insalubridade, horas etc.... saímos de onde está-

vamos escondidos negociando e, fomos comemorar na fábrica com os trabalhadores, ao chegarmos fomos cercados pelo exército a apanhamos muito, muito mesmo. Mas valeu a pena chegamos à vitória!

Boletim: Como Carlos Araújo vê o papel das entidades de advogados no Brasil?

Carlos Araújo: O trabalho das entidades de modo geral é muito positivo e exerce um papel relevante, nesta tentativa permanente de acabar com a justiça do trabalho e com o direito do trabalho, as entidades são fundamentais, tem uma historia de luta em prol dos advogados trabalhistas e do direito do trabalho, além de terem influenciado na criação de outras entidades, como por exemplo de juízes. Sempre estive ligado a AGETRA, uma entidade criada em plena ditadura proporcionando espaço para que os advogados reunidos pudessem discutir e agir em prol de seus direitos e liberdades.

Boletim: Quais os principais problemas do direito do trabalho?

Carlos Araújo: Eu acho que o velho Getúlio(Vargas) quando pensou o capitalismo brasileiro a partir do tiplé : democracia social, democracia econômica e democracia política; com a democracia social teve como base ampliação da legislação trabalhista(á época quase inexistente), fortalecimento dos sindicatos e a criação da justiça do trabalho. Em 1935 Getulio mandou para câmara projeto para regularizar a Justiça do Trabalho, ocorre que ao chegar na Comissão de Constituição e Justiça que à época era formada por deputados corporativistas entenderam que a proposta era inconstitucional, sob a alegação de que criava o poder normativa da JT .Então Getúlio, resolveu criar a JT por intermédio de Decreto-Lei em plena ditadura, e se não é o DL não sai a JT que foi tão bem bolada que desde a criação tentam acabar com ela, até hoje !

Boletim: E a chamada reforma trabalhista, como o Senhor a define ?

Carlos Araújo: Em relação à dita reforma trabalhista acho que não será fácil aprovar o projeto terceirização selvagem, também não será fácil aprovarem o contrato do negociado superior a lei, são questões delicadas que vão tentar impor ao trabalhador brasileiro e, acho que será difícil passar. Mas se forem aprovados, haverá reação forte, muito forte mais lá na frente.

Acho que estão dando um tiro no pé, os capitalistas brasileiros que fizeram a revolução de Getúlio, entre eles Ermínio de Moraes e os Matarazzo apoiaram esta linha de Vargas, linha do capital social e ganharam dinheiro,

agora vem na linha do capitalismo selvagem. Vão acabar com o mercado interno, vão aviltar os salários e sem mercado interno o capitalismo não desenvolve a roda não gira; o Temer veio para isto para limpar a área; agora acho que terão grandes dificuldades, mesmo sabendo que parte do movimento sindical está com o governo interino.

Boletim: Então ocorre um erro enorme do capitalismo brasileiro?

Carlos Araújo: Recentemente em uma palestra para os juizes do trabalho fui duro ao afirmar que o capitalismo brasileiro não sobrevive sem o direito social. Vi dia deste uma declaração de um empresário de que a jornada de trabalho deveria ter 80 horas, claro que ele lançou isto para negociar para 60 horas o que é inadmissível.

Boletim: O que mudou na Justiça do Trabalho desde seu início na advocacia até hoje ?

Carlos Araújo: Muita coisa mudou, as relações entre juizes e advogados, assim como servidores não é mais a mesma, há um distanciamento que não contribui em nada. Mas também ocorreram muitos progressos tecnológicos, veja iniciei minha vida profissional redigindo na máquina manual, passei para a elétrica e agora computador com o tal do PJe. Eu até hoje redijo minhas petições e enviou; No inicio eu tinha preconceito com o PJe, meu filho disse que eu teria dificuldade, mas em uma semana dominei e me adaptei e, se eu que sou um velho me adaptei, todos se adaptarão. Eu acho muito bom!

Boletim: Como o Senhor. Recebeu a noticia da escolha pelas entidades gaúchas AGETRA e SATERGS para ser o patrono no XXXVIII CONAT dos advogados gaúchos ?

Carlos Araújo: Fiquei muito enbaixado e agradecido, achei muito honroso, eu não aceito homenagens pela minha vida política, somente como advogado trabalhista.

Advogados mineiros terão recesso em 2016



O presidente da OAB/MG e ex-presidente da ABRAT, Antônio Fabrício Gonçalves, após sustentação oral no Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), garantiu a suspensão de prazos e audiências para a advocacia trabalhista de 20 de dezembro de 2016 a 22 de janeiro de 2017. O requerimento deferido, por unanimidade, foi assinado pela OAB/MG e Associação Mineira dos Advogados Trabalhistas (AMAT). Segundo Antônio Fabrício, a suspensão de prazos e audiências está prevista no artigo 220 do novo Código de Processo Civil. “Temos a convicção que o respectivo artigo do novo CPC deve ser aplicado em toda a estru-

tura do Poder Judiciário”, destacou. (Com informações Comunicação OABMG)

São Paulo

Em São Paulo de 07 a 20 de janeiro de 2017 estarão suspensos os prazos e audiências no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho do Estado.



XII
CONGRESSO
BRASILEIRO
DE
DIREITO
PREVIDENCIÁRIO

06 - 07 - 08
OUTUBRO
2016
RECIFE PE

Realização:
Instituto Brasileiro de
Direito Previdenciário - IBDP

Mercure Recife Mar Hotel
Inscrições: www.ibdp.org.br

XXXVIII
CONAT
GRAMADO - RS - 2016

07 A 10
SETEMBRO

Transformações do Direito do Trabalho.
A dignidade e a democracia
como reserva de justiça.

www.conat2016.com.br

ABRAT
Associação Brasileira
de Advogados Trabalhistas

SATERGS
Sociedade de Advogados
de Trabalho do Rio Grande do Sul

AGETRA
Associação dos Advogados
de Trabalho do Rio Grande do Sul

OAB
RIO GRANDE DO SUL

Encontro de Direito Sindical reúne advogados em Brasília



Com o tema central “Sindicalismo: Um Acordo Coletivo com a Democracia” aconteceu em Brasília, nos dias 11 e 12 de agosto, o II Encontro de Direito Sindical, coordenado pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT).

Dia do Advogado



A abertura, no dia do advogado, tratou sobre a “Advocacia e o Acordo com a Democracia” com a conferência de José Eduardo Cardozo, que recebeu homenagem emocionante da ABRAT, através do Diretor da Nilton Correia, que afirmou: “ao defender a democracia José Eduardo Cardozo é advogado de todos nós.”



O Hino Nacional foi tocado pelo Grupo de percussão brasileira Maria vai Casoutras, que é pautado na valorização da mulher e que apóia todas as ações em que o protagonismo da mulher é visto como fator de transformação social, criando um ambiente propício de realce da diversidade e da alegria.



Um grupo de voluntários, Laços da Alegria, juntamente com ator Alexandre Heládio, garantiu a reflexão coletiva no início do evento, ao simularem um acidente de trabalho de um empregado terceirizado e seu resgate por jovens voluntários que fazem a diferença nos hospitais em suas visitas semanais.



Programação

A programação chamou a atenção dos participantes (advogados, estudantes e sindicalistas) para a afirmação do Direito Sindical, como essencial ao fortalecimento da democracia e dos direitos da classe trabalhadora.

De acordo com a presidente da ABRAT, Sílvia Lopes Burmeister, as mesas garantiram a equidade de gênero e foram compostas por painelistas de renome no mundo jurídico e sindical, proporcionando a excelência nos debates e uma reflexão profunda sobre o sindicalismo e a tentativa ousada de desconstrução dos direitos sociais que vêm se aproximando a passos largos da classe trabalhadora, sem timidez e com pressa.

Encontro de Direito Sindical da ABRAT, garantiu através da arte e da cultura, o estímulo à resistência e inquietação que retiram os interlocutores da situação de passividade e os colocam como atores das mudanças necessárias para uma sociedade mais justa e igualitária.

“Com o lúdico nos igualamos. Com os debates nos instruímos. Com a solidariedade nos fortalecemos. E vamos continuar!”, afirmou Alessandra.



A vice-presidente da ABRAT no Distrito Federal e coordenadora do evento, Alessandra Camarano, explicou que através dos lançamentos de livros e projetos sociais, o II

Palestrantes

Custeio Sindical. É Taxa de Luta

Valeir Ertle – Secretário de Assuntos Jurídicos da CUT-Nacional
Aristeu Neto – Advogado (PSTU)

Discriminação e Atividade da Mulher na Ação Sindical

Marilane Teixeira – Assessora Sindical e Pesquisadora do CESIT/Unicamp
Gabriela Neves Delgado – Professora Graduação e Pós Graduação da UNB
Sônia Maria Zerino Silva – Sindicalista/Diretora de assuntos da Mulher da NCST

Negociado Sobre o Legislativo. Ponte para o abismo.

Erika Kokay – Deputada Federal (PT/DF)
Cristiano Paixão – Procurador do Trabalho 10ª Região
Augusto César Leite de Carvalho – Ministro do TST
Magnus Farkatt – Assessor Jurídico da CTB

Intervenção Dolo(RO)sa do Estado na Atividade Sindical

João Osório da Silva – Advogado e Tesoureiro do Sindicato dos Rodoviários do DF
José Eymard Loguércio – Advogado Sindical
Cezar Britto – Advogado Sindical, Ex Presidente do Conselho Federal da OAB



CARTA DE BRASÍLIA
II ENCONTRO DE DIREITO SINDICAL
ABRAT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADVOGADOS TRABALHISTAS

Reunidos no “II Encontro de Direito Sindical”, em Brasília/DF, nos dias 11 e 12 de agosto de 2016, após intensos debates e uma sessão Plenária de tema livre, Advogados e Sindicalistas deliberaram aprovar a “Carta Sindical de Brasília”, na qual consignam suas pretensões definidas na forma a seguir exposta.

Os congressistas declaram a importância dos sindicatos terem acesso a recursos financeiros, notadamente os espontâneos, verbas deliberadas em assembleia geral, por vontade específica da categoria, válida para todos, independente de ser ou não associado, pois constituem “taxa de luta” e vão servir para o custeio das despesas próprias às diversas lutas sindicais, para a qualificação dessas reivindicações e para melhorar e ampliar a comunicação dentro da própria categoria e entre elas.

Manifestam a indispensabilidade da presença das mulheres nas atividades sindicais, devendo ser gerados mecanismos que garantam o acesso delas aos cargos de direção, que proporcionem efetivo exercício de poder.

Registram o convencimento de que a proposição de prevalência do negociado sobre o legislado implica na precarização do trabalho e na perda de direitos, até mesmo de sede constitucional, pelo que deliberam lutar, em todas as frentes, contra essa política cuja implementação está anunciada e é meta do atual governo interino. Recomendam que as categorias se reúnam para deliberar formas de luta, inclusive possível greve geral, porque aquela política afeta e afetará a todas as categorias e ao País em geral numa verdadeira “ponte para o abismo”.

Anunciam rejeição a todas as formas de intervenção estatal sobre o movimento sindical, o que lhe retira seus passos de independência, parta a intervenção de quem partir, tanto do Ministério do Trabalho e Emprego, como do Ministério Público do Trabalho, como do Legislativo, com projetos de lei intervencionistas, como, ainda, do Judiciário, com a fixação de multas arbitrárias e desrespeito ao exercício amplo do direito de greve. A intervenção, sob quaisquer formas, constitui um veto ao livre exercício sindical e se posiciona como atividade antissindical, que deve ser denunciada em todas as esferas, inclusive em âmbito internacional.

Indicam a necessidade de apreciação e análise de formas de combate às atitudes antissindicais, em especial quando praticadas pelo Poder Judiciário através do arbitramento de multas de impossível pagamento, que resultarão no fechamento de sindicatos.

Compreendem indispensável a criação e estabelecimento de uma “Agenda Jurídica Sindical Anti-golpe”, para não permitir que a atual política de ruptura do processo democrático afete a liberdade do movimento sindical e seu crescimento.

Sugerem a revisão da forma de comunicação intrassindical, ou seja, da metodologia de transmissão de informações entre as direções das entidades sindicais e seus associados e mesmo com toda a categoria, ante a comprovada desinformação dos trabalhadores.

Ante a mesma conclusão, entendem que deverá ser efetivado, com brevidade, um mecanismo de comunicação intersindical, para que todos conheçam as atividades que estão sendo realizadas e as proposições que estão sendo disputadas por todos, como uma metodologia para padronizar, universalizar, as propostas sindicais, independente da categoria.

Manifestam ser fundamental a elaboração de mecanismos, com sustentação jurídica, para a constituição e defesa de pautas políticas de cunho nacional (e não partidária ou suprapartidária), que sejam de interesse comum a todas as categorias.

Reafirmam o compromisso de combate a privatização do Estado e de suas empresas. E, também, à vergonhosa, ilegal e entreguista política de alienação do pré-sal.

Ao final, após elogiarem o formato e a qualidade do evento, os sindicalistas recomendaram que a ABRAT incluísse em sua agenda de atividades, com regularidade, a realização de eventos similares ao do “II Encontro de Direito Sindical” nos demais Estados, para que a maior quantidade possível de sindicalizados e de trabalhadores em geral conheçam os seus direitos e as modalidades de luta, em todas as esferas, inclusive jurídica, em defesa da manutenção e ampliação das conquistas. Na oportunidade e até que surja denominação mais apropriada, para os Estados, tais eventos foram designados como “CARAVANA DA DEMOCRACIA SINDICAL”.

Brasília/DF, 12 de agosto de 2016.

Os Congressistas

Diretoria da ABRAT participa de Congresso de Sociedade de Advogados

A Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) se fez presente na cerimônia de abertura no 7º Congresso Brasileiro de Sociedade de Advogados, promovido pelo Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (SINSA), no último dia 10, na capital paulista.

A presidente da ABRAT, Sílvia Lopes Burmeister elogiou o temário do evento, destacando a pertinência de se discutir a gestão dos escritórios de advocacia, assunto da maior importância, relacionado ao exercício produtivo da profissão, mas muitas vezes negligenciado pelos advogados, assim como os demais temas, todos voltados ao aprimoramento profissional.

Sílvia ainda enalteceu a importância da parceria entre ABRAT e SINSA, na promoção de eventos culturais



em conjunto.

O vice-presidente da ABRAT, Roberto Parahyba também participou do Congresso.

Direitos dos Trabalhadores são debatidos em audiência pública



Trabalhadores, advogados, Juízes do Trabalho, Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho, Procuradores da Procuradoria Regional do Trabalho, Auditores Fiscais do Trabalho e representantes da sociedade civil estiverem presentes na audiência pública realizada no auditório do Sindicato dos Químicos de São Paulo, a fim de debater projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional.

Os principais temas abordados foram previdência social, trabalho escravo, terceirização, o PLP 257/16, entre outros, proporcionando aos participantes um profundo debate democrático em um momento muito delicado do país, enriquecendo também as reflexões sobre as realidades locais, das diversas formas de escravidão contemporânea que existem no Brasil.

A Diretora da ABRAT Luciana Slosbergas, participou da primeira mesa, juntamente com representantes das demais entidades.

“Todos foram unânimes e pontuaram suas ações para impedir que os direitos dos trabalhadores sejam violados. A união de todos foi um dos pontos levantados” revelou Luciana.

De acordo com a diretora somente com a união pode-se evitar que as PECs precarizadoras violem direitos trabalhistas conquistados bem como firam a dignidade da pessoa humana.

Congresso da advocacia trabalhista encerra com avaliação positiva em Mato Grosso



Durante dois dias a advocacia trabalhista de Mato Grosso se debruçou sobre o novo Código de Processo Civil (CPC) e seus impactos no Processo do Trabalho, tema proposto pelo I Congresso da Advocacia Trabalhista de Mato Grosso, em Cuiabá. O evento promovido pela Associação dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso (AATRATAMAT), contou com apoio da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), OAB/MT e outros parceiros.

dos baluartes da advocacia trabalhista mato-grossense, juízes do trabalho, promotores, enfim, tivemos aqui um aparato enriquecedor não só da plateia, mas também dos palestrantes”.

Segundo Bressane as discussões abordaram temas polêmicos trazidas com o novo CPC, mas não puseram um fim ao assunto. Pelo contrário, despertou novas dúvidas a respeito das temáticas propostas. “Propusemos a fomentar as discussões acerca desta nova roupagem do Direito processual do trabalho, que introduz novas regras e procedimentos que já estão ocorrendo no dia a dia dos advogados trabalhistas”.

Agora a entidade sai fortalecida. “A AATRATAMAT foi criada há muitos anos, porem há cerca de seis anos começou a se despontar. E este ano o congresso abriu um marco inicial para adesões de novos associados, para novas discussões dos problemas diários dos advogados”, disse.

CONGRESSO – O auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, com capacidade para 250 pessoas, ficou lotado para ouvir os posicionamentos dos palestrantes. A juíza da 14ª Vara do Trabalho do Recife, Roberta Araújo, destacou a possibilidade de ampliar o debate entre os magistrados e as partes do processo com as novas regras trazidas pelo CPC de 2015. “Quando o jurisdicionado busca a Justiça ele deposita fé no Poder Judiciário, ele quer resolver um conflito. Não podemos deixá-lo esperando por anos para extinguir seu processo sem solução. Com o novo CPC o magistrado vai ter que falar para as partes onde está o problema do processo e dar um prazo para que resolva”, defende.



Para o presidente da AATRATAMT, Leonardo Bressane, o congresso foi um sucesso e agora a categoria se prepara para o XXXVIII CONAT - Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas, que será realizado em Gramado (RS) entre os dias 07 a 10 de setembro. “Avaliação do evento foi muito positiva. Tivemos adesão muito grande de advogados trabalhistas, sobretudo de advogados atuantes na Justiça do Trabalho, tivemos aqui a presença



O advogado Ronaldo Tolentino, abordou o tema “Inconstitucionalidade da IN 39 do TST” e criticou a medida. “A única coisa boa desta Instrução Normativa do TST foi a intenção”, sentenciou. Além deles, palestraram no congresso, o doutor e mestre em Direito do Trabalho, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira que tratou do tema “Recursos no Novo Código de Processo Civil e Processo do Trabalho”, o doutor em Filosofia do Direito, André Molina, que falou sobre “Precedente vinculante e sua aplicação”, o advogado, Welder Queiroz dos Santos com a palestra “As normas fundamentais do Processo Civil e o Processo do trabalho”, e o especialista em Direito do Trabalho, Luís Carlos Moro, que fechou o evento com o tema “Fundamentação das decisões judiciais e o sistema recursal”. *(Da assessoria – Alcione dos Anjos)*

Ary Castelo recebe homenagem em São Paulo

A Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, como parte das comemorações ao Dia do Advogado, homenageou o advogado Francisco Ary Montenegro Castelo, em razão da sua dedicação à advocacia trabalhista.

A homenagem ocorreu na sede da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, e contou com diversas autoridades e colegas de profissão. Na ocasião foi inaugurado o Memorial “Heróis da Advocacia”, que contou com o seu nome, recebendo também a Láurea de Reconhecimento da Advocacia Trabalhista. Para a diretora da ABRAT, Luciana Slosbergas, Dr. Ary Castelo, como é mais conhecido, sempre pautou a sua convivência com os colegas de trabalho pela lealdade e ética profissional.

“O Dr. Ary Castelo é um exemplo que toda a advocacia trabalhista se orgulha em seguir”, afirma Luciana.



Quem é Ary Castelo

Dr. Ary Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Recife, lecionou na Universidade de Direito do Largo São Francisco, Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo-AATSP 1981/1982, Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas- ABRAT- 1981/83 e 1983/85,

Conselheiro da OAB/SP 1987/89, 1989/91, 1997/2000 e 2000/2003, Representante do Brasil na OIT, em Genebra em 1985.

Foi homenageado pela Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo em 2004 e Patrono do Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas (CO-NAT) em 2012, Maceió.

Rio Grande do Sul



A diretoria da ABRAT e presidente da JUTRA, Benizete de Medeiros lançou durante o XXXVIII Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas (CONAT), em Gramado (RS) sua última obra que aborda a história da ABRAT.

Brasília



O ex-presidente da ABRAT, Reginaldo Felker recebeu a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, honraria concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A cerimônia contou com a participação da diretoria da ABRAT.

São Paulo



A diretora de Relações Institucionais, Luciana Slosbergas representou a ABRAT na cerimônia de posse da desembargadora Sônia Mascaro no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo-SP.

Mascaro foi nomeada ao cargo através do quinto constitucional – classe dos advogados.

GIRO PELAS ASSOCIAÇÕES

Espírito Santo



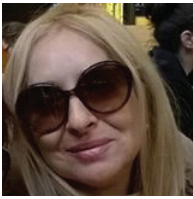
A diretoria da Associação Espiritosantense de Advogados Trabalhistas se reuniu com a bancada federal do Espírito Santo reivindicando complementação de verba para o TRT do Estado que ficou fora da MP 740 que garantiu para outros Tribunais.

Segundo a presidente da Associação, Maria Madalena, a resposta foi positiva. “O Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho sinalizou com acolhida do pedido”, disse.

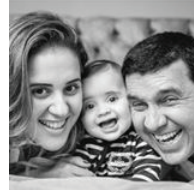
ABRAT NO facebook



pelelo **BRASIL**



Benizete Ramos de Medeiros adicionou 6 novas fotos.
12 de agosto às 08:55 •
Ontem 11 de agosto Abertura do II ENCONTRO DE Direito Sindical em Brasília. Impecável a abertura com show de artistas locais. Parabéns ABRAT. Parabéns Alessandra Camarano, Nilton Correia, Cezar Britto e Eymar Loguercio pela organização



Jefferson Calaça adicionou 11 novas fotos — com Araçari Baptista e outras 4 pessoas.
12 de agosto às 10:49 •
Participando do memorável II Encontro Nacional de Direito Sindical da ABRAT em Brasília.
Presença também na Cerimônia da merecidíssima medalha do TST ao nosso querido Reginald Felcker, um ícone da advocacia trabalhista nacional



Alessandra Camarano com Felix Pereira.
16 de agosto às 20:36 • Brasília, Distrito Federal •
No II Encontro de Direito Sindical da ABRAT, as mulheres tiveram espaço, vez, voz e som



Araçari Baptista adicionou 18 novas fotos — com Silvia Lopes Burmeister e outras 14 pessoas.
11 de agosto às 22:42 • Brasília, Distrito Federal •
E hj 11 de agosto, dia do advogado foi assim em Brasília, sendo recepcionada pela Ministra Delaíde, junto com companheiros ABRATIANOS, prestigiando a entrega da Comenda ao querido Reginaldo Felcker, representando a advocacia trabalhista.

ABRAT na Midia

<http://www.migalhas.com.br/Eventos/18,MI242748,41046-XXXVIII+Congresso+Nacional+de+Advogados+Trabalhistas+CONAT>

